

# *Superior Tribunal de Justiça*

**DESIIS no RECURSO ESPECIAL Nº 1.598.521 - SP (2016/0092041-4)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**REQUERENTE : ITAU UNIBANCO S.A**  
**ADVOGADO : DIOGO PAIVA MAGALHAES VENTURA E OUTRO(S)**  
- DF036376  
**REQUERENTE : UNIÃO**  
**REQUERIDO : OS MESMOS**

## **DECISÃO**

### **Vistos.**

Fl. 471e: Trata-se de pedido do Itaú Unibanco S/A de "homologação da renúncia ao direito de recorrer, quanto ao acórdão que negou provimento ao agravo interno, nos termos do art. 999 do Código de Processo Civil de 2015, consequentemente informar que não tem mais interesse no prosseguimento da ação" (fl. 471e).

Posteriormente, o Itaú Unibanco S/A requereu "a conversão do depósito efetuado nos autos em renda, operando-se a extinção do crédito administrativo", bem como, junta aos autos a guia de recolhimento dos honorários de sucumbência (fls. 475/477e).

Determinei a intimação da União, para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifestasse sobre o pedido de renúncia ao direito de recorrer e conversão do depósito em renda, operando-se a extinção do crédito administrativo (fls. 479/480e).

Diante do decurso do prazo sem manifestação (fl. 484e), determinei nova intimação da União (fl. 486e).

A União requereu a homologação da renúncia do direito de recorrer formulado pelo Itaú Unibanco S/A, a certificação do trânsito em julgado, entretanto, apontou que o pedido de conversão do depósito em renda e consequente extinção do processo deve ser realizado pelo Juízo de 1º grau, competente para apreciar se "os valores recolhidos efetivamente correspondem àqueles devidos a título de multa e de sucumbência" (fls. 506/514e).

### **É o relatório. Decido.**

Verifico que o patrono dos Requerentes detém poderes específicos para renunciar ao direito de recorrer (fls. 28/29e).

Ademais, apurações e conversões dos depósitos em renda a favor da União devem operar-se perante o Juízo de 1º grau (EDcl na DESIS nos EDcl no AgRg

# *Superior Tribunal de Justiça*

no REsp n. 827.819/RJ, 1ª T., Rel. Min. Luiz Fux, j. 02.09.2010, DJe 23.09.2010).

Posto isso, **homologo** a renúncia ao prazo recursal, a teor do disposto no art. 999 do Código de Processo Civil de 2015.

Oportunamente, certifique-se o trânsito em julgado e baixem os autos a origem.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

